

HABEAS CORPUS Nº 570.807 - SP (2020/0080302-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : AMANDA COLPAS DA SILVA
ADVOGADO : AMANDA COLPAS DA SILVA - SP388759
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VINICIUS MONTECINO DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 42):

APELAÇÃO CRIMINAL - Tentativa de roubo com pena aumentada pelo concurso de agentes e pela restrição da liberdade da vítima - Condenação - Recurso defensivo - Materialidade e autoria demonstradas - Firme depoimento da vítima corroborado pelo dos policiais militares - Reconhecimento seguro - Condenação de rigor - Pena-base exasperada por maus antecedentes - Multirreincidência que enseja agravamento superior ao da reincidência simples - Multiplicidade de causas específicas de aumento do crime de roubo que justifica a aplicação de fração acima da mínima - Regime fechado de rigor - Inviável a substituição por penas alternativas ou sursis - Recurso defensivo desprovido.

Consta dos autos que o paciente foi condenado por incursão ao art. 157, § 2º, II e V, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, às penas de 3 anos e 8 meses de reclusão, no regime inicial fechado, e pagamento de 8 dias-multa.

No presente *habeas corpus*, alega a impetrante a existência de constrangimento ilegal, porquanto fixado regime prisional mais gravoso do que o cabível segundo a pena aplicada, sem fundamentação idônea.

Pugna pela fixação do regime aberto e, subsidiariamente, caso assim não se entenda, seja estabelecido o modo prisional intermediário, concedendo-se, na sequência, a progressão ao regime aberto, tendo em vista o tempo de pena já cumprido, o fato de que o paciente não ostenta mal comportamento e nem falta disciplinar.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, em que a pretensão de abrandamento do regime prisional é de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim

Superior Tribunal de Justiça

inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator